

## **ANEXO XXVIII**

### **FORMA DE ANÁLISE DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023** (Processo Administrativo n.º 23707.000142/2022-39)

**Preâmbulo:** está estabelecida a forma de análise para o processo de contratação de Serviços de Vigilância Armada Diurna e Noturna para os campi do Instituto Federal de Sergipe – ANO 2022 por meio do que segue.

**Observação nº1:** como exemplo, utilizaremos o valor do salário como R\$ 1.362,95, referente a categoria de vigilantes armados em Sergipe (CCT SE000005/2022 e SE000015/2021)

**Observação nº 2:** utilizaremos o valor numérico 15,2083 (resultado truncado do cálculo: 365 dias divididos por 12 meses, divididos por 2 vigilantes) para a quantidade média de dias trabalhados no mês por vigilante. **Este valor será adotado como padrão para todas as rubricas, exceto para substituto na cobertura de férias, onde o mês médio equivalerá a 30 dias.**

**Observação nº 3:** para que não haja arredondamentos visto que nossa unidade monetária só possui duas casas decimais deve ser utilizada a função **TRUNCAR** em todos cálculos da planilha de custos.

### **MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

#### **1. Alínea A (Salário-base)**

O salário-base acostado à planilha deve corresponder ao valor de R\$ 1.362,95, conforme convenção coletiva da categoria.

#### **2. Alínea B (Adicional de periculosidade)**

##### **CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**

Fica estabelecido o pagamento de adicional de periculosidade no percentual de **30% (trinta por cento)**, nos termos da Portaria 1.885/2013, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que aprova o Anexo 3 – Atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de

segurança pessoal ou patrimonial – da Norma Regulamentadora nº 16, publicada em 03/12/2013.

**Parágrafo Terceiro** – O adicional de periculosidade somente será devido quando do efetivo trabalho, não sendo cabível seu pagamento quando o empregado estiver afastado em razão de procedimento interno administrativo ou afastamento pelo INSS (Exegese Súmula 132, II, TST).

### **3. Alínea C (Adicional Noturno)**

#### **Base de cálculo: Salário-base + Adicional de periculosidade**

A forma de calcular o adicional noturno escolhida pelo Instituto Federal de Sergipe foi a numérica. O cálculo é basicamente o seguinte: pega-se o máximo de horas noturnas a serem trabalhadas por dia e multiplica-se pela média de dias mensal (15,2083 conforme Observação nº 2) para encontrar a quantidade média de horas trabalhadas no mês. Posteriormente, multiplica-se pelo valor da hora trabalhada e a este resultado aplica-se a porcentagem de 20%.

Para achar o valor de cada hora trabalhada, deve-se somar o salário base ao adicional de periculosidade e dividir o resultado por 220 horas (de acordo com a cláusula 29ª será considerada a quantidade de 220 horas mensais).

### **4. Alínea D (Adicional de Hora Noturna Reduzida)**

#### **Base de cálculo: Salário-base + Adicional de periculosidade + Adicional Noturno**

Por ser considerada hora extra, acrescenta-se 50% ao valor da hora normal. Para o cômputo, divide-se a base de cálculo pela quantidade média de horas trabalhadas no mês, multiplicados pela quantidade média de dias trabalhadas no mês. Multiplica-se este resultado pela hora adicionada.

Importante ressaltar que a forma de calcular tanto esse adicional como o anterior podem variar. Neste caso, o IFS observará se o método é válido e se os valores foram calculados corretamente considerando a forma eleita pelo licitante. O método escolhido pela empresa ganhadora, permanecerá no decorrer de todo o contrato, inclusive em possíveis aditivos e/ou apostilamentos.

### **5. Alínea E (Reflexo DSR sobre adicional noturno)**

#### **Base de cálculo: Adicional Noturno / 5**

De acordo com a cláusula trigésima da CCT 2021 não há pagamento referente ao reflexo semanal remunerado devido a natural compensação, no entanto, para as jornadas noturnas sobre o reflexo é devido.

De acordo com a tabela de remuneração anexada atualizada para o ano 2022, a base de cálculo para o pagamento dos reflexos do DSR's é o quociente equivalente ao número 5. Exemplo: para o reflexo do DSR sobre o adicional noturno tem-se o valor de R\$33,81, fruto do cálculo: (169,05)/5.

A fórmula para o valor dos reflexos foi adaptada pelo IFS, haja vista o fato de que o mês médio determinado pela instituição equivale a 365/12/2.

## **6. Alínea F (Reflexo DSR sobre hora noturna reduzida)**

### **Base de cálculo: Hora noturna reduzida / 5**

De acordo com a cláusula trigésima da CCT 2021 não há pagamento referente ao reflexo semanal remunerado devido a natural compensação, no entanto, para as jornadas noturnas sobre o reflexo é devido.

De acordo com a tabela de remuneração anexada atualizada para o ano 2022, a base de cálculo para o pagamento dos reflexos do DSR's é o quociente equivalente ao número 5. Exemplo: para o reflexo sobre a hora noturna reduzida tem-se o valor de R\$39,69, fruto do cálculo: (198,45)/5.

A fórmula para o valor dos reflexos foi adaptada pelo IFS, haja vista o fato de que o mês médio determinado pela instituição equivale a 365/12/2.

## **7. Alínea E (Intrajornada)**

### **Base de cálculo: Salário-base + Adicional de periculosidade + Adicional Noturno (noturna)**

### **Base de cálculo: Salário-base + Adicional de periculosidade (diurna)**

**Esta rubrica consta apenas nas planilhas de “Intrajornada Indenizada”.** Ficará a critério da licitante definir qual tipo de planilha irá utilizar, dependendo da forma que pretende cobrir o intervalo para repouso ou alimentação, se indenizando o vigilante ou alocando um substituto.

Verba de carácter apenas indenizatório, não caberá sobre ela nenhum encargo de natureza previdenciária nem trabalhista. Será computada sobre a hora normal de trabalho (diurna ou noturna) e a base de cálculo para esse lançamento são os itens **A e B** para diurno e **A, B e C** para noturno, todas do Módulo 1. Lembrando que a CCT 2021, consigna que esta hora deve ser paga com valor 50% maior.

## **MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**

### **2.1 Alíneas A (13º Salário) e B (Férias e Adicional de Férias)**

#### **Base de cálculo: Módulo 1 (exceto Intrajornada)**

Os percentuais para o campo 13º salário, férias e adicional de férias, devem corresponder aos estabelecidos pelo Ministério da Economia, por meio da IN05/2017/SEGES.

O Instituto Federal de Sergipe utiliza-se da conta-vinculada como instrumento de garantia de direitos, logo, as propostas devem respeitar os percentuais exigidos pela normativa da conta-vinculada. Para calcular esse submódulo, vamos entender qual a diferença entre a previsão da rubrica “Férias” no Submódulo 2.1 (13º salário, férias e adicional de férias) e no Submódulo 4.1 (Ausências legais). (Fonte de pesquisa: Ministério da Economia).

Ressalta-se a nota explicativa que inaugura o Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente, presente no Anexo VII-D da IN nº 05/2017.

"Módulo 4 -Custo de Reposição do Profissional Ausente

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados

pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço."

Ou seja, as rubricas constantes no Submódulo 4.1 – Ausências Legais (Férias, licença-paternidade, afastamento maternidades, etc) não se referem aos custos relacionados a esses direitos, mas sim aos custos que relativos ao pagamento dos profissionais-repositores que irão cobrir a ausência dos empregados residentes que encontrar-se-ão naquelas situações.

Portanto, não se pode confundir a rubrica para pagamento de cobertura de férias do empregado residente (provisionado no Submódulo 4.1 – Ausências Legais), com o valor necessário ao pagamento do direito de férias e adicional de 1/3 Constitucional, previstos no Submódulo 2.1 – 13º Salário, Férias e Adicional de Férias.

Assim, o provisionamento realizado no Submódulo 2.1 – 13º Salário, Férias e Adicional de Férias, destina-se a realizar a reserva financeira necessária para a quitação desses direitos em relação ao empregado residente, ou seja, aquele considerado sob regime de mão de obra exclusiva - empregados da contratada que ficam à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços. (MPDG, FAC, 2018, grifo nosso)

Além disso, o Anexo XII - da Conta-Depósito Vinculada, afirma em seus itens 2 e 14 que:

(...)

2. O montante dos depósitos da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

a) 13º (décimo terceiro) salário;

(...)

b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias; (IN 05/2017 – Anexo XII)

14. Os valores provisionados para atendimento do item 2 deste Anexo serão discriminados conforme tabela a seguir:

ITEM	PERCENTUAIS
13º (décimo terceiro) salário	8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)
Férias e Adicional de Férias	12,10% (doze vírgula dez por cento)

Fonte: IN 05/2017 Min. Economia. Com alterações. Ver Anexo XII, item 14. Adaptada pelo IFS.

## **2.2. Encargos Previdenciários (GPS, Fundo de Garantia (FGTS) e outras contribuições**

**Base de cálculo: Módulo 1 (exceto Intrajornada) + Submódulo 2.1**

Os percentuais devem corresponder aos exigidos legalmente e o fator acidentário de prevenção (FAP) deve ser comprovado.

Utilizando as orientações do Caderno Técnico de Vigilância, ano 2019, os valores para este módulo ficam da seguinte forma:

ITEM	PERCENTUAIS
INSS	20,00%
Salário-Educação	2,50%
SAT	2,85%
SESC ou SESI	1,50%
SENAI/SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%

INCRA	0,20%
FGTS	8,00%

## 2.3 Benefícios Mensais e Diários

### 1. Alínea A (Custo com deslocamento do profissional)

O custo com deslocamento só poderá compor a planilha quando tiver normativo específico de cada município estabelecendo esse direito. Em sua inexistência, este campo deverá vir zerado. Multiplicamos o valor da passagem pela quantidade de passagens a serem utilizadas no dia e este pela quantidade média de dias a serem trabalhadas no mês. Deste resultado subtraímos o valor devido ao funcionário de 6% sobre o salário base.

### 2. Alínea B (Auxílio Alimentação)

O valor diário do auxílio refeição-alimentação, quando existente, deverá ser o estabelecido em convenção coletiva. A CCT utilizada estabeleceu o valor de R\$ 20,38 por dia trabalhado, cabendo ao empregador o custeio de 90% deste benefício, com ônus 10% para o empregado.

### 3. Alínea C (Seguro de Vida)

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DAS JORNADAS

**Parágrafo Décimo Primeiro** - As empresas são obrigadas a contratar Seguro de Vida em grupo para esses vigilantes, devendo ainda fornecer vale transporte. (CCT 2021)

Foi encontrado, através de pesquisas de preço realizada pelo IFS, o valor médio de R\$9,01 para este tipo de seguro.

ITEM	VALOR
Seguro de vida	9,01

### 4. Alínea D (Gratificação pelo trabalho noturno na escala 12x36)

Conforme cláusula 3ª CCT/2022 o valor correspondente é R\$ 48,35.

### 5. Alínea E (Caixa de assistência)

Conforme Cláusula 3ª CCT/2022, o valor correspondente é R\$ 57,83.

## MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

### 1. Alínea A (Aviso Prévio Indenizado)

**Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2.1 + FGTS + Módulo 2.3**

Indicaremos percentual de 0,42% (que corresponde a estimativa de 5% de API divididos por 12 meses).

### 2. Alínea B (Incidência do FGTS sobre o API)

Como no cálculo anterior, já houve a incidência do FGTS sob o aviso prévio indenizado, esta alínea deve ser zerada. Caso o licitante opte por fazer o cálculo de forma separada, esta alínea deve ter o lançamento correspondente.

### 3. Alíneas C e F

#### Base de cálculo: Módulo 1

Vejamos o anexo XII – da Conta Vinculada, da IN 05/2017 SEGES/MPDG.

O montante dos depósitos da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

ITEM	%
Multa sobre FGTS sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	4%

Fonte: IN 05/2017 MPDG, com alterações do IFS

Deve-se considerar que a multa do FGTS incide de uma única vez sobre a totalidade dos meses do contrato, **os valores referentes a essas multas devem perfazer, somados, 4%**. Assim, se a empresa quiser apor na alínea C todo o valor referente ao percentual total, pode, da mesma forma que se quiser dividi-los como a aprover, também pode. Importante destacar que a IN 05 considera que estes percentuais devem incidir sobre a remuneração. Como se trata de conta vinculada, e o IFS a adota, não há deliberalidade do licitante em adotar ou não esse percentual.

### 4. Alínea D (Aviso Prévio Trabalhado)

#### Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2

Inferimos que 95% se desligarão via aviso prévio trabalhado, já que indicamos o percentual de 5% para o API. Desta forma, indicaremos percentual de 1,85%, obtido através do seguinte cálculo:

$$\{[(100\% / 30) \times 7] / 12\} \times 95\% = 1,85\%$$

Onde:

100% = salário integral

30 = número de dias no mês

7 = número de dias de aviso prévio a que o empregado tem direito de se ausentar

12 = número de meses no ano

95% = APT

A fonte deste cálculo é TC-023.202/2014-9, TRT 6ª região. Importante destacar que, se considerar 100% de APT, 1,94% será o valor máximo a ser apostado a título de aviso trabalhado, aplicando o percentual de forma proporcional.

### 5. Alínea E

No cálculo anterior já houve a incidência de todos os encargos do submódulo 2.2 sob o aviso prévio trabalhado, razão pela qual, a alínea E deve ser zerada.

## **MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**

### **4.1. Ausências Legais - Alínea A (Substituto na cobertura de férias)**

**Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3**

Os lançamentos não se referem aos custos relacionados a esses direitos, mas sim aos custos relativos ao pagamento dos profissionais-repositores que cobrirão a ausência dos empregados residentes que encontrar-se-ão naquelas situações. Em números, o profissional em férias precisará ser repostado por 30 dias no mês em que o titular estiver em férias. O percentual equivalente a esta reposição é de 8,22%.

A forma de calcular escolhida leva em conta a base de cálculo dividida pela quantidade média de dias no mês ( $365 \text{ dias no ano} / 12 \text{ meses} = 30,4166$ ), achando assim o custo de um empregado por dia. Este resultado é multiplicado pela quantidade de dias que o profissional estará de férias, tempo esse definido pelo licitante, e então dividido por 12 meses. A fonte é o caderno técnico para vigilância do Ministério da Economia. O mesmo resultado ainda pode ser obtido através da multiplicação da base de cálculo pelo percentual definido pelo licitante.

Considerando 30 dias de férias no ano, equivalente a um percentual de 8,22% temos o seguinte cálculo:

**Custo de reposição dia:** (Soma dos Módulos 1, 2 e 3) / 30,4166

**Dias a serem repostos no ano a título de férias:** 30

**Custo anual com férias:** 30 dias x Custo de Reposição Dia

**Custo mensal provisionado para reposição do profissional ausente a título de férias:**

Custo anual com férias / 12 meses

Quanto às **alíneas B, C, D, E e F**, todas devem levar em conta a mesma base de cálculo do item anterior (alínea A, submódulo 4.1).

### **4.2. Intra jornada - Substituto no intervalo para repouso ou alimentação**

**Base de cálculo: Salário-base + Adicional de periculosidade + Adicional Noturno (noturna)**

**Base de cálculo: Salário-base + Adicional de periculosidade (diurna)**

**Esta rubrica consta apenas nas planilhas de “Intra jornada Usufruída”.** Ficará a critério da licitante definir qual tipo de planilha irá utilizar, dependendo da forma que pretende cobrir o intervalo para repouso ou alimentação, se indenizando o vigilante ou alocando um substituto.

Será computada sobre a hora normal de trabalho (diurna ou noturna) e a base de cálculo para esse lançamento são os itens **A e B** para diurna e **A, B e C** para noturna, todas do Módulo 1. Lembrando que a CCT 2021, consigna que esta hora deve ser paga com valor 50%

maior.

## **MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS**

### **1. Alínea A (Uniformes)**

Deve prever apenas o uniforme obrigatório estipulado pela CCT de vigilância.

### **2. Alínea B (Materiais e Equipamentos)**

Deve levar em consideração que a Administração irá arcar apenas com os custos referentes ao desgaste (depreciação) do bem levando em consideração o período do contrato.

## **MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**

### **1. Alíneas A (Custos Indiretos) e B (Lucro)**

**Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5**

### **2. Alínea C (Tributos)**

A escolha pelo tipo de tributação deve estar vinculada a situação fiscal da empresa, se esta está encaixada no regime do lucro real, do lucro presumido ou do simples nacional. (Fonte: Caderno técnico MPDG)

ARACAJU, 06/02/2023

Valdemar Alves da Costa Neto  
SIAPE 1743872

Lorena de Souza Silva Medeiros  
SIAPE 2153830